

HERDEIRA DA EUROPA, NAÇÃO AMERICANA.

História, literatura e construção da nação no Brasil imperial

Ana Priscila de Sousa Sá*

RESUMO: Um dos maiores artífices de uma narrativa histórica sobre o Brasil no século XIX, na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen o Império apareceu como herdeiro da civilização europeia e símbolo desta no continente americano. Membro do corpo diplomático imperial, escreveu sobre seu país de nascimento com os pés na Europa, onde permaneceu quase a vida inteira, e os olhos na América. O artigo discutiu como esses temas foram tratados na obra varnhageniana e de outros letrados como Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves de Magalhães, enfocando a história e a literatura como instrumentos de construção da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; Nação; Civilização; Império do Brasil.

Heir to Europe, American nation.

History, literature and nation-building in imperial Brazil

ABSTRACT: One of the greatest creators of a historical narrative about Brazil in the 19th century, in the work of Francisco Adolfo de Varnhagen, the Empire appeared as a heir to European civilization and a symbol of it in American continent. A member of the imperial diplomatic corps, he wrote about his home country with his feet on Europe, where he lived almost his entire life, and his eyes on America. The article discussed how these themes were dealt with in Varnhagen's and others' scholars works, such as Januário da Cunha Barbosa and Gonçalves de Magalhães, focusing on history and literature as instruments for the construction of Brazilian nation.

KEYWORDS: Varnhagen; Nation; Civilization; Empire of Brazil.

Heredera de Europa, nación americana.

Historia, literatura y construcción nacional en el Brasil imperial

RESUMEN: Uno de los grandes creadores de una narrativa histórica sobre Brasil en el siglo XIX, en la obra de Francisco Adolfo de Varnhagen el Imperio apareció como heredero de la civilización europea y un símbolo de la misma en el continente americano. Miembro del cuerpo diplomático imperial, escribió sobre su país de nacimiento con los pies en Europa, donde permaneció casi toda su vida, y sus ojos en América. El artículo discutió cómo se trataron estos temas en el trabajo de Varnhagen y el de otros académicos como Januário da Cunha Barbosa y Gonçalves de Magalhães, centrándose en la historia y la literatura como instrumentos para la construcción de la nación brasileña.

PALAVRAS CLAVE: Varnhagen; Nación; Civilización; Imperio de Brasil.

*Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda em História pela mesma Universidade. Contato: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História, Campus Universitário do Bacanga, Centro de Ciências Humanas, Bloco 1, Térreo, Av. dos Portugueses, s/n, CEP: 65085-040, São Luís-MA, Brasil. E-mail: priscilareds@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0048-280X>

Se a história é filha de seu tempo, como postulou Lucien Febvre, a história do Império brasileiro compartilhou de muitas preocupações que caracterizaram o século XIX como (em especial e que de mais perto interessa a este artigo) a questão nacional, tantas vezes enfatizada pelos prismas da historiografia e literatura da época. Assim me refiro porque o presente trabalho se debruçou, sobretudo, sobre a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen para realizar a discussão. Varnhagen foi um dos maiores artífices de uma narrativa histórica sobre o país no Oitocentos e também fez incursões pelo panorama literário da época. Autor da *História Geral do Brasil* (1854, 1857, 1877), também escreveu o *Florilégio da poesia brasileira* (1850), compilando poemas de vários autores nascidos no Brasil¹.

Varnhagen nasceu em Sorocaba, interior paulista, e foi ainda criança para Portugal, onde se deu sua formação intelectual na primeira metade do século. Muito jovem passou a contribuir com periódicos de Lisboa como o jornal O Panorama e a Revista Universal Lisbonense, foi admitido na Academia de Ciências de Lisboa e, em 1840, entrou no quadro de sócios do recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838), após a submissão das *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* (1839), as anotações que fez ao “Tratado descritivo do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa. Dedicando-se à pesquisa histórica, também entrou para o serviço diplomático do Império, carreira que lhe acompanhou até o final da vida e facilitou o desempenho daquela primeira atividade, dada a possibilidade de acesso a diversos arquivos pela Europa. Encontrando documentos inéditos, copiando, coligindo, enviando para o IHGB e reunindo seu acervo, Varnhagen se propôs a escrever uma história para o Brasil, um objetivo tanto pessoal, quanto do Instituto de que era membro.

Segundo Gontijo, prevaleceu no Brasil do início do século XIX a ideia de feitura de uma obra de conjunto sustentada em fontes fidedignas², e Varnhagen quis que essa obra fosse sua *História Geral*. Para ele, a história nacional a ser escrita deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”³, em outras palavras, a história deveria ser útil ao país e convir à nação. Nesse movimento, embora reclamasse da demora portuguesa em dar atenção ao território futuramente chamado Brasil, em carta a Araújo Porto-Alegre afirmou que com Pedro Álvares Cabral “começa verdadeiramente a nossa história da colonização e civilização”⁴. Na narrativa de Varnhagen, Cabral foi herói e colocou o Brasil na rota da civilização europeia ao aportar sua esquadra em 1500, o Império apareceu como herdeiro da civilização europeia e símbolo desta no continente americano. Trabalhando quase a vida toda em Cortes do Velho Mundo

comodiplomata, escreveu sobre seu país de nascimento com os pés na Europa e os olhos na América.

Entendendo que “pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade”⁵ históricas, o presente artigo intentou contribuir com os estudos de historiografia brasileira oitocentista, discutindo como os referidos temas foram tratados na obra varnhageniana e de outros letrados, enfocando a história e a literatura como instrumentos de construção da maior aspiração da época: a nação brasileira. Para tanto, fiz uso de alguns trabalhos publicados por Varnhagen como a *História Geral do Brasil, Florilégio da poesia brasileira* e artigos saídos no jornal O Panorama. Para ampliar o olhar e compreender melhor as nuances que revestiam todo esse debate, com seus pontos de encontro, distanciamentos, deslocamentos, próprios do progressivo processo de historicização que marcou o caminho rumo à metade do século, também adentrei outras publicações como o “Parnaso Brasileiro” (1829) de Januário da Cunha Barbosa e o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836) de Gonçalves de Magalhães.

Importa demarcar que esses três trabalhos foram idealizados em momentos diferentes por autores com visões de mundo próprias e inseridos num contexto social, político e cultural igualmente diverso. Cunha Barbosa foi nome atuante nos idos da Independência e um dos fundadores do IHGB, teve posição destacada no cenário político (via imprensa) e letrado de seu tempo. Magalhães também se tornou personagem importante no meio literário, o “Ensaio” tem um caráter mais teórico, uma discussão acerca do que havia sido até ali e de como deveria se desenvolver uma história da literatura nacional mais atualizada com as feições do Brasil. Os textos de Varnhagen que tratei foram escritos ao longo de cerca de trinta anos, atravessando seu interesse pela pesquisa arquivística desde a juventude até a edição de sua obra mais importante, a *História Geral*.

Conforme Wehling, Varnhagen fez parte de uma geração influenciada pelo movimento romântico, enfatizando a explicação hermenêutica, a investigação empírica e o domínio da análise dos documentos⁶. Não intenciono “encaixar” Varnhagen, embora seja patente em sua operação historiográfica que tinha conhecimento da metodologia alemã em especial. Ele mesmo confessou não seguir *servilmente* nenhuma “escola”, e chega mesmo a ser difícil estabelecer quem seriam seus interlocutores mais diretos dada as relativamente poucas citações de autores ao longo de seus trabalhos. É mais válido entender que Varnhagen compartilhou de um conjunto de noções da moderna historiografia oitocentista como a

originalidade do documento, a objetividade narrativa, a imparcialidade, e, mesmo que tenha entrado em contato com a historiografia alemã ou francesa da época, seus trabalhos possuem traços particulares, dentro de um universo teórico amplo, e tratando do contexto brasileiro recém-independente.

Varnhagen é mais conhecido pela produção historiográfica, a ideia aqui é oferecer também uma breve leitura de um trabalho em que ele se ocupou da questão mais propriamente literária do Brasil. Num plano geral, o padrão de escrita de uma história e de uma literatura nacionais não estava bem definido, eram variados os matizes que se desdobravam para tal tarefa. Como a nação, essa escrita estava em processo de construção e consolidação na metade do Oitocentos.

O brasão d'armas, a cruz da ordem de Cristo e a bela linguagem heráldica. A Europa civiliza o Brasil

Na Seção VIII do Tomo I da *História Geral do Brasil* (1854) Varnhagen escreveu a respeito dos indígenas que “De tais povos na infância não há história: há só etnografia”⁷. Assim, se não era possível falar de uma história do Brasil a partir dos índios, o início dela teria se dado com a chegada do colonizador europeu. Com a *Crônica do Descobrimento do Brasil* (1840), a chegada da esquadra cabralina já foi alçada ao status de “origem” da futura nação. Na ocasião, escreveu que aquelas terras nunca haviam sido trilhadas por algum povo civilizado até então e, no capítulo em que tratou da primeira Missa, mencionou a fala do Frei Henrique Soares de Coimbra segundo a qual o Deus de Afonso Henriques, já tendo escolhido Portugal para cristianizar a África e a Índia, oferecia agora aquela terra, colocando a glória do “descobrimento” nas mãos do Senhor⁸. Deus teria até dado uma “ajuda” para o desenvolvimento posterior do Brasil. Era a Providência atuando na história.

No início do Oitocentos, essa perspectiva providencialista esteve presente nos escritos de autores como o Visconde de Cairu. No discurso político por trás das obras, a ideia de Providência favorecia a legitimação da Monarquia governada por D. João VI, em conformidade com o projeto de Restauração da Monarquia lusitana e da anulação das ameaças e perturbações provocadas pela Revolução Francesa e seus desdobramentos (invasão napoleônica). Por algum tempo, o providencialismo serviu para justificar e conferir sentido a uma sucessão de eventos que pareciam caóticos, ameaçadores, sem perder de vista a história enquanto processo⁹. Em sentido análogo ao utilizado por Cairu, já na metade do século Varnhagen atribuiu à *sábia Providência* a condução dos fatos contraditórios e/ou sobrenaturais

que tinham destinado o príncipe Pedro a personificar, no ato da separação de Portugal, a integridade do Brasil¹⁰. Diferentemente de Cairu, no entanto, referiu-se à atuação daquela sem fazer uso recorrente de citações bíblicas (vez ou outra apareceu o nome do *Senhor*).

Cabe deter-se um pouco mais na função que a Providência desempenhou na economia da argumentação histórica de Varnhagen. Certa vez, escreveu:

Assim ainda desta vez (e não foi a última) o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade. Felizmente que já hoje podemos dizer que em prol dessa integridade está pronunciado o espírito público de todas as províncias do norte, — que reconhecem como só unidas todas, de norte e sul e de leste e oeste, se poderão fazer melhor respeitar dos estranhos, — que sabem como os inconvenientes das distâncias se removem cada dia pelo invento do vapor por mar e terra, — e que finalmente tem bastante juízo crítico para apreciar quanto é sofisticada a proposição dos que, por suas ambições pessoais, as pretendem às vezes iludir, dizendo-lhes que, independentes, estariam mais ricas [...] ¹¹

Varnhagen não quis atribuir (nem cogitou, na realidade) tais eventos (a suposta união das províncias) ao acaso, por exemplo. Em seu trabalho, a Providência castigava e salvava, tendo mesmo conduzido o Brasil à única situação em que poderias fazer respeitar como nação mais forte que as Repúblicas vizinhas. Foi da opinião de que a separação entre Portugal e Brasil obedeceu a uma ordem natural. Porém, como Marcelo Jasmin o fez com Alexis de Tocqueville, é possível questionar se Varnhagen estava de fato afirmando serem os acontecimentos históricos manifestações de um plano transcendente ou se a fórmula providencial era basicamente um componente retórico, ainda que operacional, para enfatizar a grandeza desta e convencer os leitores¹². Para Tocqueville,

A Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem de todo escravo. Ela traça, é verdade, em torno de cada homem um círculo fatal de que ele não pode sair; mas, em seus vastos limites, o homem é poderoso e livre. Assim os povos.

As nações de nossos dias não seriam capazes de fazer que as condições sejam iguais em seu seio; mas delas depende que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias.¹³

Ainda que a Providência aparecesse na articulação do processo histórico, ela deixaria os homens livres para perseguirem seus objetivos, uma espécie de corresponsabilidade humana pelas próprias ações. Tal perspectiva também teria um sentido pedagógico. Conforme Jasmin, ela esteve presente na primeira metade do século XIX francês e pode ser observada em François Guizot (por quem Varnhagen tinha admiração), que recorria à noção de Providência quando precisava dar conta das intrincadas relações entre os indivíduos em ato e

os resultados de sua ação no longo prazo: pelas mãos dos homens se executava o plano providencial para o mundo¹⁴.

A concepção de Varnhagen era semelhante a esta, já que falou em Providência, mas enfatizou a *vontade política*, acentuando seu lugar no presente. Como apontado por Arno Wehling, a ação providencial em seu trabalho era algo aberto, subjacente aos atos humanos, diluindo-se nas iniciativas individuais, embora admitisse um padrão evolutivo para as sociedades¹⁵.

Uma chave para compreender esse discurso de Varnhagen pode ser sua opção religiosa: autodeclarava-se católico. No *Prefácio* do Tomo II da *História Geral* se propôs a informar sobre a *individualidade do autor*:

A par da maior tolerância para com as opiniões alheias, professamos firmes princípios em religião, em política e em tudo o mais sobre que nos declaramos nesta obra. Somos sempre sinceramente católico, sem deixar jamais de ser cidadão (para sustentar as prerrogativas da coroa, que em geral pela maior parte são as do antigo padroado) e acreditando sem cessar, para os grandes sucessos, na providência divina, em harmonia com o provérbio que diz: “O homem põe, mas Deus dispõe.”¹⁶

A religião funcionaria, portanto, como um *código de moral*, insistindo na valorização das virtudes, entre as quais estava o *sercidadão*. No caso de Varnhagen, a hipótese de Jasmin sobre Tocqueville pode se aplicar em parte. A presença da Providência no discurso histórico do autor tinha a ver com a interferência de uma crença pessoal na sua escrita, podendo funcionar como artifício para suprir alguma carência documental ou explicativa, ou fazendo parte de sua lógica interpretativa. *Sempre sinceramente católico*, como dissera, ser-lhe-ia difícil negar a figura da Providência, colocando-a ao lado de diversas situações, da repressão contra movimentos de contestação ao governo até os escravos¹⁷. Entretanto, a unidade dependeria muito mais da *coragem política* do que do “plano” providencial.

Importa ainda frisar que, oficialmente (Art. 5 da Constituição de 1824), a Religião Católica Apostólica Romana era “a Religião do Império”, sendo todas as outras permitidas “com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”¹⁸.

Avançando nesse sentido, o autor defendeu que:

Em nosso entender nem Cunhambebe, nem Ambiré houveram jamais pensado em nenhuma fórmula de virtudes, a menos que lhe não inspirasse a Providência divina, que, aliás dispôs fazê-lo por outra forma, enviando os mensageiros cristãos; e não pobres pescadores, mas uma poderosa armada, e por conseguinte a força com todo o seu aparato. E se chegássemos a crer que o tradicional Sumé fora o apóstolo S. Thomé, a catequese e civilização pela persuasão havia já sido em vão anteriormente ensaiada pela mesma Providência divina.¹⁹

A história mencionada no trecho acima contou sobre a visita do profeta Sumé ao Brasil que, mandado pelo Criador, deu vários ensinamentos não aproveitados pelos índios. Em nada adiantando seus esforços, Sumé lamentou a sorte destes sobre quem recairia a justiça divina. Por essa lógica, os “planos” da Providência estariam entrelaçados com episódios da história do Brasil. Varnhagen entendeu que, para *obem* do país, uma nova era se abriu em 1808 porque, em vez de Colônia ou Principado honorário, passou a ser o centro da Monarquia bragançina, já datando dessa época o rompimento dos *grilhões coloniais*. Via D. João, senão como primeiro Imperador, pelo menos como “verdadeiro fundador do império”,²⁰. Nesse processo, a invasão de Bonaparte foi até “positiva” para a porção americana do Império luso e a Proclamação da Independência a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte.

Varnhagen acreditava que o cristianismo foi “enviado” para conter a *anarquiaselvagem* que pintava um *triste* quadro no *abençoado* solo americano. Catequizar os índios diminuiria as *rixas* entre as tribos que caracterizavam um estado por ele considerado *degradante*. Não deixou de declarar que a nação brasileira foi a que custou maiores esforços aos colonizadores, dadas as condições de clima, vegetação, animais e frutos venenosos, índios. Ao demarcar as dificuldades da colonização, não apenas fazia o elogio da bravura dos portugueses que se lançaram na tarefa de civilizar o país, por vezes com prejuízo da própria vida, como dava para aqueles a primazia na construção da nacionalidade, o que parecia ser seu principal objetivo. Em Varnhagen, o europeu foi o civilizador por definição.

Sobre a ideia de civilização, Norbert Elias explicou que ela não era somente um estado, mas um processo que deveria prosseguir. O termo “civilisation” absorveu grande parte do que fazia as sociedades de Corte (caso do Império do Brasil) se acreditarem ser um tipo mais elevado, se comparadas às sociedades que viviam de modo mais simples. Ou seja, a ideia de que possuíam um padrão de moral e costumes, tato social necessário para torná-las civilizadas. Dessa maneira,

O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio – este processo civilizador devia seguir-se ao refinamento de maneiras e a pacificação interna do país pelos reis.²¹

Logo, a palavra civilização era usada em relação a tudo que fosse considerado bárbaro, designando o oposto disso, elemento significativo do desenvolvimento de uma consciência de si mesma por parte de algumas sociedades europeias, como dotadas de uma superioridade em

termos de comportamento, ciência, tecnologia, arte. O Brasil esteve nessa rota. Também não foi feita a colonização em nome da cruz e da civilização do *gentioselvagem*?

Civilizar o Brasil passava pela realização de reformas que operassem na educação e moralização do povo, procurando “por meios lentos, cautelosos e políticos, fazer, como se fez em Europa, que em séculos futuros, d’aquí a duas ou três gerações (antes seria perder o Brasil) não haja um só servo, nem bugres bravos, e todos venham na pátria a ser cidadãos”²². No *Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira* (1857), exortou qualquer um que quisesse perguntar a um nascido no Brasil como ele se chamava, se seria um brasileiro ou não. A resposta, segundo o historiador, teria como variáveis o fato de compartilharem com o colonizador europeu os mesmos hábitos, a língua, a religião e os apelidos das famílias. Equacionando civilização com moral, defendeu que:

sem moral, sem a admissão das virtudes, com a certeza do castigo dos vícios opostos a elas, sem a sujeição das paixões do homem solitário em favor do gênero humano, não há civilização possível. E somente do Céu podem ter baixado os preceitos, revelados aos patriarcas, confirmados no decálogo, e aceitos pelos filósofos e pelos primeiros legisladores, que ensinaram ao homem caído a aproveitar-se em benefício próprio e dos semelhantes dos seus instintos de ódio e de vingança, de vaidade e de cobiça, para por meio de leis e penas, e por meio de prêmios *ideais* ou da esperança destes e temor daquelas, inverter esses instintos destrutores da humanidade em prol dela mesma; sujeitando-os aos limites do heroísmo, e da dignidade, inventando a propriedade, e convertendo aqueles em sentimentos elevados em favor da glória, do patriotismo e da honra e probidade, ainda antes que o cristianismo fosse mais avante pregando a caridade e a abnegação.²³

O direito à propriedade da terra era um aspecto importante de seu argumento a respeito da colonização do país. Para Varnhagen, a condição de nômades dos índios impossibilitava o aproveitamento adequado da terra (se mudavam tão logo o potencial escasseava), daí sua reclamação quanto à afirmação de que esta lhes pertencia, posto que, quando da chegada do europeu, o território já era ocupado. Aliás, defendia que os índios apenas o percorriam, não habitavam de fato, assim, não eram donos de terra nenhuma.

Ainda que não tenha feito citação nesse sentido, a postura de Varnhagen guarda relação com o disposto por John Locke no “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (1689), quando este colocou como pressuposto para se ter a propriedade da terra o uso industrioso e racional. Isto é, o direito de posse estava condicionado ao trabalho, ao cultivo da terra, de modo a ela não permanecer comum e inculta. Locke chegou a mencionar que as várias nações americanas eram ricas em terra e pobres em todos os confortos da vida, pois a natureza lhes fornece matéria abundante, solo fértil, mas faltava trabalho para aproveitá-la²⁴. Porém, as referências mais diretas nessa questão devem ser mesmo Tocqueville e Emmerich de Vattel,

citados em outras ocasiões. Na primeira parte de “A democracia na América” (1835), Tocqueville expressou que:

Muito embora o vasto país que acabamos de descrever fosse habitado por numerosas tribos indígenas, podemos dizer com justiça que, na época do descobrimento, ainda não constituía mais que um deserto. Os índios ocupavam-no, mas não o possuíam. É pela agricultura que o homem se apropria do solo, e os primeiros habitantes da América do Norte viviam do produto da caça. Seus preconceitos implacáveis, suas indômitas paixões, seus vícios e, mais ainda talvez, suas virtudes selvagens entregavam-nos a uma destruição inevitável. A ruína desses povos começou no dia em que os europeus abordaram em suas costas; sempre continuou desde então; acaba de se consumir em nossos dias. A Providência, colocando-os no meio das riquezas do novo mundo, parecia ter-lhes concedido destas apenas um curto usufruto; de certa forma, eles só estavam ali *entrementes*. Aquelas costas, tão bem preparadas para o comércio e para a indústria, aqueles rios tão profundos, aquele inesgotável vale do Mississippi, aquele continente inteiro apareciam então como o berço ainda vazio de uma grande nação.²⁵

Lendo Tocqueville por meio de Varnhagen, pode-se dizer que o brasileiro e o francês compartilhavam algumas ideias. Das listadas no excerto acima, destaque-se a afirmação de que havia um grande deserto a ser colonizado, daí a preocupação dupla de Varnhagen em povoar o interior do Brasil, estimulando a imigração europeia, e fomentar a agricultura, tida como a principal vocação do país. Outra ideia seria a tendência dos indígenas em se autodestruírem por meio dos conflitos entre tribos inimigas.

No livro “O direito das gentes” (1759), Vattel afirmou ser o cultivo da terra uma obrigação imposta ao homem pela natureza. A terra seria destinada a alimentar seus habitantes desde que cultivada, por isso cada nação era obrigada a cultivar o próprio território, que lhe caberia por partilha. Chegou a declarar que povos como os antigos germânicos e tártaros modernos que habitavam solos férteis, mas preferiam viver de rapina, mereciam ser exterminados como animais ferozes e prejudiciais. Entendeu que a Conquista dos Impérios estruturados do Peru e México foi uma grande usurpação, mas o estabelecimento de colônias na América setentrional (América do Norte) podia ser considerado legítimo, conservando-se dentro de certos limites, já que seus povos não propriamente habitavam as terras. Portanto, a reduzida ocupação por parte dos “selvagens” não poderia passar por uma verdadeira e legítima tomada de posse e os povos da Europa, de população densa, encontrando um terreno do qual aqueles não tinham necessidade particular e não faziam uso real e sustentado, puderam legitimamente ocupar e estabelecer Colônias²⁶.

Postulando Vattel para um contexto geral, Varnhagen foi da opinião que boa parte do extenso território brasileiro estava irregularmente ocupada por tribos nômades, em quantidade não suficiente para povoar e explorar o seu potencial produtivo, em pequeno número e que

desapareceriam em virtude da ocorrência de conflitos permanentes entre elas. Assim, fixou no *Memorial orgânico* (1849):

O Brasil pertence-nos pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassallos que o tomaram dos mouros. O primeiro direito de todas as nações conhecidas foi o da conquista. Nós proclamamos para o Império (compreendendo o território de que eles estão senhores) o nosso chefe e a nossa lei. Todo o que não obedece a uma e ao outro rebela-se e é criminoso. E para o crime não vale em direito a alegação de ignorância; pois em tal caso não haveria negro fugido, nem ladrão de estrada e quilombola que não fosse ignorante.²⁷

Inspirado em autores como Vattel e Andrés Bello, o *direito de conquista* tal como apresentado por Varnhagen conferia à herança do Velho Continente a dianteira na formação do Brasil. A leitura desses teóricos mostrava também suas posições em termos de diplomacia, já que se tratava de juristas reconhecidos e amplamente lidos por diplomatas. Concluiu, então, que o Brasil devia à Europa,

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermos-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo.²⁸

Segundo José Carlos Reis, a leitura de Varnhagen era a de uma história do Brasil que seria a história de um ramo dos portugueses, que conquistaram e deram as garantias morais e físicas ao país²⁹. O Brasil não deveria se esquecer de seu tutor na infância e nem Portugal dos socorros que o Brasil lhe prestou, deviam gratidão e louvor um ao outro. De fato, o historiador fez críticas pontuais à atuação da Coroa, na maioria das vezes atribuindo a culpa aos nomeados para a Colônia e não ao Rei. Fazia os reparos com grande *mágoa*, todavia sem *ressentimentos*, porque entendia que os erros não eram intencionais, mas provenientes de ignorância *crassa*, a prova era que no Portugal de então não se governava melhor, denúncia para a qual tinha o aval do Padre Vieira que, em carta a Sebastião de Mattos, lamentou que “Das coisas públicas não digo a V. M. mais que ser o Brasil hoje um retrato e espelho de Portugal”³⁰.

No *Discurso Preliminar*, indagou o que era a nação brasileira e ele mesmo respondeu:

Olhai para o próprio brasão d'armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do estado, e nele vereis também a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país. E isto não escrito neste ou naquele idioma, ininteligível aos demais povos; mas apregoado na bela linguagem heráldica, composta de hieroglíficos, que constituem, nos feitos históricos, uma espécie de pasigrafia ao alcance de todas as nações civilizadas.³¹

Na composição da *nação brasileira* estava sua “origem” na *dinastia/estado* português, a religião cristã (estabilizadora da sociedade, instrumento de civilização e de moral) e a língua, constatação para a qual bastava observar um símbolo que representava essa nação: o *brasão d'armas* do Império.

Elencar a língua como elemento de construção nacional foi recorrente no Oitocentos, embora Renan já alertasse para o fato de um idioma não garantir a existência de uma nação pois, além de ser uma formação histórica, poderia ter surgido da união de vários³². De qualquer modo, a redescoberta e reunião de poemas épicos, a publicação de gramáticas e o próprio esforço por dicionarizar as línguas indígenas tinha sua parcela de interesse político.

Herdeira da Europa, nação brasileira

O elogio das referências europeias não pode, todavia, induzir a um não reconhecimento das preocupações americanistas do historiador. Igualmente, blasonar do legado europeu não significava ser menos *nacional*.

Um argumento para explicar o processo de separação da Metrópole foi lançado em artigo para O Panorama, jornal português em que começou a publicar seus trabalhos no final da década de 1830. No texto, alegou que o Brasil havia chegado à *idade viril* e, como *terra de esperanças*, não cabia permanecer em condição de subordinação a outra nação. Em suas palavras:

Mais rico do que Portugal; com uma civilização sempre progressiva; produzindo gênios e homens extraordinários, era absurdo, ou antes impossível, que os seus habitantes deixassem de conhecer que Portugal não tinha jus a tratá-los como colonos. A consciência desta verdade causou a revolução do Brasil, e esta revolução era justa. Nós tentamos a sorte das armas, porque o orgulho nacional fora ofendido; mas a sorte das armas nos foi contrária, e a independência do Brasil foi reconhecida. Esses acontecimentos pertencem já à história; os ódios recíprocos estão extintos; e os dois povos, ligados por laços de sangue, falando a mesma língua, seguindo a mesma fé. Habitados a usos e costumes muito semelhantes, nada mais devem ser do que aliados fiéis, e amigos sinceros. A razão, a política, e até a religião aconselham estes sentimentos a ambas as nações.³³

Nessa ótica, a situação do Brasil era a de um país cuja fonte de prosperidade estava em si mesmo, só precisando ser bem administrado para aumentar sua grandeza. A proposta

diplomática do historiador para as relações Brasil-Portugal se valia do que considerava traços comuns a serem conservados (descendência, língua, costumes, religião), elementos importantes não para pensar o país independente como uma excrescência da ex-Metrópole, mas como um novo continuado de algo anterior que lhe legou uma feição dita civilizada.

Mais uma vez, é preciso deixar ajustado que se a herança da Europa era essencial na conformação da nação brasileira, essa mesma nação era independente e se apresentava como parte de um mundo novo, onde muito ainda precisava ser feito para atingir o grau de desenvolvimento e civilização desejado. O Brasil de Varnhagen e seus contemporâneos era um país jovem e promissor pertencente ao Novo Mundo. Nesse sentido, um traço da produção varnhageniana já destacado por Oliveira Lima no início do século passado foi seu americanismo³⁴. Para Luiz Roberto Cairo, o espírito de americanidade/americanismo (sentimento de pertença à América) acompanhou a formação do instinto de nacionalidade nos textos dos escritores brasileiros do século XIX, entre eles Varnhagen³⁵.

Em seu trabalho sobre a questão do americanismo em José de Alencar, Wesley Candido explicou que nacionalismo e americanismo ou americanidade sempre estiveram muito próximos, ora acercando-se, ora afastando-se. Esses fatores foram importantes no processo de construção da literatura nas Américas, aproveitar das culturas das ex-Metrópoles era uma estratégia para construir o cânone literário americano. Não se negava a cultura do “outro”, e sim a acusação de falta de originalidade, porque a mescla com as referências europeias não significava a produção de uma cópia do modelo estrangeiro, mas uma apropriação de formas literárias seguida de uma reformulação pelo olhar dos povos ex-colonizados, agora em busca de sua afirmação identitária.

No Brasil, com o Romantismo se iniciou um discurso consciente sobre a América que se poderia chamar de americanidade, posto que, sendo ou não a intenção, este sentimento estava ligado a um apego ao continente. Por vezes, poetas românticos confundiam Brasil com América em seus poemas. A idiosincrasia dessa operação ficava por conta do fato de o imaginário americano ter se construído inicialmente pela ótica do europeu, veiculada pela língua deste, mas com uma imagem de América constituída como contraponto em relação à cultura europeia. Não havia como negar a presença e o papel do elemento estrangeiro na formação de um primeiro imaginário americano, agora em fase de reconstrução a partir dos olhos daqueles que se autodenominavam americanos. Assim, no Brasil (podendo ser estendido para as ex-Colônias espanholas), o sentimento de americanidade foi tão

contraditório quanto o de nacionalidade, ocultando o paradoxo de querer ser americano, tendo ao lado um conjunto de valores importado da Europa³⁶.

Há que se anotar que o Brasil olhava com desconfiança para os países americanos de língua espanhola, no que recebia uma atitude recíproca. Era o único país que ainda estava sob o regime imperial na América do Sul, representando de alguma forma a manutenção da política europeia no Novo Mundo. Nesses termos, as relações foram cercadas de impasses nas possíveis alianças propostas por reuniões como o Congresso do Panamá de 1826. De resto, o americanismo no Império não chegou a ser perseguido de forma consistente, sendo relegado a um segundo plano diante da valorização das peculiaridades nacionais. Face à questão se o Brasil deveria se definir como nação ou como continente, brasileiro e americano foram usados como sinônimos, então ser um era ser o outro por extensão; e esta consciência, ao contrário de ferir o sentimento de nacionalidade, expandia-o colocando o país num continente grandioso que podia fazer frente à velha Europa³⁷.

Varnhagen em particular deu mostras de sua defesa do que considerava genuinamente brasileiro dentro do contexto maior americano, tanto no seu trabalho como historiador, quanto no de diplomata. Em carta de 1840 lê-se o seguinte parecer sobre o Rio de Janeiro: “A cidade em si é puramente Europeia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil à arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”, concluindo que na Corte “As sociedades são de todo à europeia”³⁸. O lamento do missivista era o de que a riqueza nacional não era aproveitada, em detrimento de um *servilismo* ao padrão (arquitetônico nesse caso) europeu. Esperava encontrar a tal *cor mais americana* de que falaria mais tarde no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* que abriu o Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira* (1850).

Varnhagen queria *ser americano*, tendo em vista que o *ser brasileiro* não excluía os sentimentos de solidariedade e pertencimento a uma comunidade continental. Ao publicar o *Florilégio...*, confessou que,

Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz, e a fé no desenvolvimento futuro de sua poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar sempre preferência à esta ou aquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto. Esta decisão nos facilitou a empresa, e cremos que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano, vendo que vai já para dois séculos havia no Brasil quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas de Grécia ou Roma.³⁹

Varnhagen não escondeu a satisfação em observar que dois séculos antes do momento em que estava vivendo, autores brasileiros ousaram escrever poesia sem ter Grécia ou Roma como matéria e, embora o espectro da Europa estivesse sempre presente, não cabe duvidar de sua pretensão em oferecer o que de mais *brasileiro* e *americano* se tinha na poesia de então.

Um episódio em especial de sua carreira diplomática também pode elucidar a questão do seu americanismo. Durante sua fase sul-americana na diplomacia ocorreu o confronto entre Espanha, Peru e Chile em torno das Ilhas Chinha. A justificativa da intervenção de 1864 era a de que o Peru deveria ressarcir a Espanha de supostas dívidas do período colonial, uma vez que esta não havia reconhecido a independência do país andino. A iniciativa de Varnhagen em condenar o bloqueio dos portos chilenos (1865) foi criticada pelo Ministro José Antônio Saraiva, já que a orientação do governo brasileiro era a de manter a neutralidade, visando uma eventual mediação. No Despacho de 22 de novembro de 1865, Saraiva ajuizou que se o procedimento de Varnhagen não era em si hostil à Espanha, não deixava de ser favorável ao Chile, de modo que não poderia dizer que foi “inteiramente aprovado”⁴⁰.

Na fala de Oliveira Lima, o conflito hispano-pacífico-americano lançou “viva luz” sobre o americanismo de Varnhagen, posto que ele saiu em defesa da República chilena, pondo-se em evidência diplomaticamente⁴¹. No entanto, sua posição foi julgada no mínimo inoportuna pelo Ministério de Estrangeiros.

Feita a emancipação simbólica, cumpria solidificar a herança. Os fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América. Olhos na Europa, porque queriam erigir o Brasil enquanto nação civilizada à semelhança dos Estados nacionais europeus, reclamando um lugar na civilização por se verem também como filhos da Ilustração; pés na América, porque tal nação seria uma singularidade no continente⁴². O principal agente dessa tarefa seria o Estado.

História, literatura e construção da nação no Brasil imperial

No bojo do processo de consolidação do Estado nacional viabilizou-se o projeto de pensar a história brasileira de forma mais organizada, delinear um perfil para conferir uma identidade para a nação brasileira, tornando-a partido concerto das nações. Assim, relacionar história e nação foi um movimento aparentemente consensual da produção da época, porém, é necessário cautela para não tornar a busca pela identidade da nação como a única explicação para esta escrita. A nação despontou como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas primeiras décadas do século, no entanto, as relações entre história e

nação não foram homogêneas. Para Cezar, muitos projetos, ideias e ações foram dissimulados/obscurecidos pela grandiosidade e sombra da nação⁴³. A escrita da história era um problema a ser resolvido e os critérios para sua produção variavam, daí as propostas distintas mesmo dentro do IHGB.

Uma destacada característica do período de consolidação do Estado imperial foi a continuidade de temas centrais como nação, literatura e civilização. Porém, interessa atentar para as transformações conceituais especialmente acentuadas após a década de 1830. De acordo com Valdeci Lopes, esses conceitos sofreram uma progressiva historicização que marcou uma descontinuidade com o período anterior, em grande medida, porque um problema central colocado pela forma como se consolidou a autoconsciência do processo de Independência (enquanto a criação de uma nação nova) foi a insuficiência que os conceitos disponíveis até então tinham em permitir pensar o novo como categoria histórica. A relação que se tinha com o tempo e o passado encontrava-se condicionada por elementos clássicos ligados a imitação e o exemplo, ou ao entendimento geral do universo como repetição de leis eternas e eventos cíclicos.

As respostas à aceleração do tempo histórico, catalisada pela “dupla Revolução” (Industrial e Francesa, na expressão de Eric Hobsbawm), dadas por um autor/ator do início do século XIX como José Bonifácio de Andrada e Silva foram na direção de um projeto de regeneração/renovação do velho Portugal que só seria viável com a incorporação do Brasil novo⁴⁴. Mas essa via foi abandonada quando o tempo passou a ser experimentado não mais como repetição e sim como produtor de diferenças e singularidades a serem reconhecidas e demarcadas. Não cabia mais ser “portugueses do Brasil”, até por não existirem mais os laços de Metrôpole e Colônia.

Ao lado da história estava a literatura. Junto à independência política era necessária uma independência cultural, mas como fazer isso se em tudo o Brasil parecia estar ligado a Portugal: língua, costumes, organização política, ideia de civilização? Segundo Antônio Cândido, para o desejo de autonomia literária tornado mais vivo após a Independência, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria dessa nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo do Brasil⁴⁵. Uma proposta romântica foi buscar o que seria genuinamente nacional, sendo os índios e a natureza exuberante os principais eleitos.

Em sua análise sobre o Romantismo e a ideia de nação no Brasil, Bernardo Ricupero assinalou que, enquanto uma questão política e cultural, articulando literatura, história e

política, a nação criada pelo Romantismo brasileiro proclamou as especificidades nacionais, mas pretendendo, ao final do caminho, encontrar a civilização europeia. Uma contradição do mesmo movimento que pouco tratou de questões sociais importantes como a permanência da escravidão, ainda que falasse em princípios civilizados. Para tal assunto melindroso, argumentava-se em nome da necessidade econômica (do tecido social como um todo), ou silenciava-se, aparecendo ocasionalmente. A “fuga” da temática da escravidão se observa, por exemplo, no romance “O Guarani” (1857), de José de Alencar, ambientado na primeira metade do século XVII. A ação desenvolvida às margens do Rio Paquequer se assemelhava mais a um modelo cavalheiresco de um Portugal medieval (D. Antônio de Mariz era fidalgo jurado à Coroa lusa) do que a uma história num Brasil que já convivia com o tráfico de escravos e o genocídio indígena. Uma exceção nesse sentido foi a obra em prosa “Meditação” (1849), de Gonçalves Dias, que denunciou as mazelas que sustentavam a riqueza do Império, sendo a maior delas a embaraçosa questão da escravidão.

Parte significativa dos letrados que circulavam pela Corte tinha uma formação acadêmica, eram políticos ou ocuparam um posto na burocracia imperial e também adquiriram título de nobreza. Varnhagen, por exemplo, foi historiador, diplomata, *Barão* e depois *Visconde de Porto Seguro*. Essas esferas estavam entrelaçadas na vida e atuação desses homens que, a partir do Estado ainda não completamente estabelecido, tinham a “missão” de forjar uma nação, observando o plano traçado por Karl von Martius de “difundir entre seus contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”⁴⁶.

Anatureza e seus recursos se tornaram palco para grandes obras literárias do século. Já na década de 1870, Machado de Assis observou que:

quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. [...] Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.⁴⁷

Ao defender a necessidade de uma fisionomia para o pensamento nacional, permeada pelo “instinto de nacionalidade”, Machado de Assis tangenciava um aspecto da criação literária brasileira oitocentista: sua implicação na historiografia do período. Um trabalho Gonçalves de Magalhães contribuiu para os estudos históricos, a “Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840” (1848).

Consoante Temístocles Cezar, no parecer da Comissão da Revista, o poeta foi elogiado pelas qualidades de filósofo (conciliando história, reflexão e emoções), juiz reto (pelos traços morais), pintor (pelo quadro da natureza e dos atos históricos) e arquiteto hábil (construção da narrativa pautada na verdade contida nos documentos). Uma avaliação dessas significava que Magalhães escreveu história sem deixar de ser poeta, apontando para a presença de elementos poéticos no discurso histórico e elementos históricos no discurso poético⁴⁸. Evidências: a presença de romancistas no IHGB e a “Memória” de Magalhães publicada na Revista como valiosa contribuição à história pátria.

Estando a pesquisa circunscrita pelo lugar, que permite um tipo de produção e profíbe outro⁴⁹, aparentemente a comissão da Revista autorizou a presença de figuras poéticas no discurso histórico por entender que certa “arte” não prejudicaria o compromisso com a verdade, comprovado pelo uso de documentação histórica original. As cores vivas tornariam o texto agradável. Ficava patente a carência de regras claras para definir as fronteiras entre os campos histórico e literário, as flutuações entre história e poesia. Contudo, ainda que os campos não estivessem tão bem fixados, ninguém diria que a *História Geral* era um livro de poemas, ou “I-Juca-Pirama” (Gonçalves Dias, 1851) um compêndio de história universal.

A própria composição do IHGB possibilitava isso, pois, embora trouxesse no nome que se tratava de um Instituto Histórico e Geográfico, funcionou como uma academia de ciências humanas e sociais, cujos projetos incluíam temáticas etnográficas, políticas, econômicas, antropológicas, jurídicas, administrativas⁵⁰, uma variedade explicada pelo fato de agregar literatos, pintores, políticos, dentre outros profissionais, ao lado de historiadores.

Se houve um grande esforço pela escrita de uma história, não o foi menor para a definição de uma literatura nacional. Duas obras pioneiras do que seria a história da literatura no Brasil auxiliam a pensar essa questão: “Parnaso Brasileiro” (1829) de Januário da Cunha Barbosa e o *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen. Cabe salientar que ambas foram escritas em contextos diferentes. O “Parnaso” foi publicado no final da década de 1820, muito ainda no rescaldo do processo de Independência político-administrativa do Brasil, momento em que se buscava afirmar uma identidade para o país que por mais de três séculos fora Colônia lusitana. Já o *Florilégio* de Varnhagen saiu na metade do Oitocentos, período de construção e consolidação de uma feição própria para o Brasil, que seria impressa na escrita histórica e nas peças da literatura. Como aludido anteriormente, da geração da Independência até o Segundo Reinado ocorreu um deslocamento no léxico mesmo disponível à época, até no sentido de atender melhor aos imperativos do tempo.

Dirigindo-se ao público leitor, Cunha Barbosa declarou sua intenção de “tornar ainda mais conhecido do mundo literário o Gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade”⁵¹, portanto, ainda pensava em termos de imitação dos beneméritos do passado. A compilação feita pelo Cônego não seguiu a cronologia das peças, reunidas e publicadas à medida que tomava conhecimento. Seu critério foi apenas o fato de terem sido escritas por brasileiros, o que explicava o título do livro: “Parnaso Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, quanto já impressas”. Para Valdeci Lopes, o uso de “coleção” era pertinente tendo em vista a aparente desordem com que foram reunidos os poemas. Por outro lado, esse traço poderia esconder uma certeza do autor de que aqueles já estavam classificados como pertencentes à literatura do Brasil, isto é, a existência de uma literatura nacional era tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe davam forma⁵².

Cunha Barbosa não duvidava da existência, nem da qualidade dessa literatura que só precisava ser recuperada, para não cair no esquecimento. Outro aspecto: embora tenha ressaltado que era chegado o momento de fazer ressurgir o esmorecido engenho literário que por muito tempo esteve sob uma “opressiva tutela”, não antecipou a discussão em torno da necessidade ou existência de uma literatura nacional diferente da literatura portuguesa. A crítica à ex-Metrópole era variável.

Do “Parnaso” ao *Florilégio* uma mudança sensível pode ser notada, seja por questões metodológicas, ou do modo de constituição de uma literatura genuinamente brasileira. Sobre os critérios adotados, Varnhagen explicou sua preferência em apresentar as poesias pela ordem cronológica dos autores e colocando uma biografia para preceder as composições de cada um. O intento era oferecer o que de *mais americano* se tinha. Informou no *Prólogo*:

Cumprindo adotar uma regra para os que deviam ter entrada na nossa coleção, fizemos prevalecer a do nascimento no Brasil, por ser o princípio mais geral (salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias) instintivamente em nossos ânimos também prevalece, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre a terra em que nos estabelecemos, bem como em direito internacional, quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere a do domicílio.⁵³

Em seu entendimento, a uniformidade da língua não era empecilho para a divisão das literaturas portuguesa e brasileira. Foi taxativo: “a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria”⁵⁴. Não significava que os autores brasileiros não devessem estudar os clássicos, o *abca arte*, pelo contrário, entendia que o brilhantismo de americanos como Irving e Cooper só poderia se revelar pelo muito estudo dos livros antigos e modernos

da literatura inglesa, assim como Lord Byron. O Brasil já teria bons nomes para se inspirar como Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e José de Santa Rita Durão, que tiveram biografias publicadas na Revista do Instituto. Varnhagen assinou as de Santa Rita Durão (1846), Gonzaga (1849) e Inácio José de Alvarenga Peixoto (1850), entre muitas outras desde sua entrada no IHGB em 1840.

Outro passo importante foi a criação, em Paris, da Revista Niterói (1836) por Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto-Alegre, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho e Domingos José Gonçalves de Magalhães, considerada marco das discussões em torno da nacionalidade da literatura brasileira. Para esse grupo de jovens escritores, a literatura seria algo como uma “cápsula do tempo” direcionada à posteridade, testemunhando o grau de civilização e o caráter de determinado povo ou geração. Aconselhados por Ferdinand Denis e Almeida Garret e com a ajuda de Eugène Monglave, idealizador do Instituto Histórico de Paris, os cinco amigos se reuniram em torno da Revista, procurando atualizar o Brasil com as novidades dos salões e conferências parisienses na música, na economia, nas artes ou na literatura⁵⁵.

Em seu primeiro número, no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836), Gonçalves de Magalhães preconizou uma ruptura com o padrão português não mais condizente com a nova fase da história brasileira e não economizou nas censuras aos três séculos de um governo colonial que, em sua opinião, esmagou o Brasil com o peso da insuficiência, imbecilidade e mesquinhas políticas que entorpeceram o progresso da civilização no país. O resultado teria sido um sufocamento do potencial criativo dos coloniais. Ao século XIX caberia restaurar as ruínas e reparar os erros dos séculos passados, e isso se daria pelo conhecimento da história e do estado atual, pois, se o futuro só poderia sair do presente, a grandeza do passado se mediria pela justa avaliação dele feita nesse presente. Havia, então, uma preocupação “presentista” em recuperar a recente antiguidade do Brasil e sendo a literatura um indicativo do nível de desenvolvimento de uma nação, nem passado, nem presente poderiam ser esquecidos se o desejo fosse construir o futuro. Em suas palavras, “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence”⁵⁶, unindo passado, presente e futuro em torno de uma missão e um destino: a nação brasileira.

Entre a geração que fez a Independência, a qual pertenceu José Bonifácio, e a geração que consolidou o Império (pós-1822), houve modificações na experiência do tempo. Se José Bonifácio ainda acalentou o projeto de um Império luso-brasileiro harmonioso, Magalhães rompeu manifestamente com uma tal ideia. Modificações sensíveis, porque o Portugal com o

qual se queria romper era o mesmo cuja herança europeia conferia o padrão civilizado que almejava a jovem nação. A questão em Magalhães era a de que o germen da civilização depositado no Brasil pela Europa não havia dado todos os frutos que poderia dar. Num mesmo movimento, a Europa (portanto, Portugal) teria ofertado esse germen e foi a mão estranha que sufocou seu cultivo. Outra denúncia se aproximou ainda mais da orientação geral de seus contemporâneos: “a Poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega, vestida à Francesa, e à Portuguesa, e climatizada no Brasil”⁵⁷.

Essa reclamação encontrou eco em trabalhos de Varnhagen. Não porque este se interessasse por uma poesia indígena, pelo contrário, era abertamente contra os que chamava *filo-tapuias*, ou seja, os autores do chamado indianismo literário que viam nos indígenas o elemento definidor da nacionalidade brasileira, travando discussões longas por conta disso, inclusive com Magalhães. Aliás, era este seu ponto fulcral de distanciamento dos românticos brasileiros, o posicionamento antiindianista, vendo aqueles como “selvagens” a serem civilizados até pela força, caso necessário. O que acercava os dois era a proposta de uma literatura que buscasse pelas particularidades do Brasil, uma *cor mais americana*, traduzida basicamente na valorização das cenas naturais. Porém, se colocados lado a lado o “Ensaio” de Magalhães e o *Ensaio* de Varnhagen, há uma diferença fundamental entre ambos que avança os limites dos dois textos e que acaba ajudando na caracterização da obra total dos dois autores. Magalhães censurou a antiga Metrópole, Varnhagen fez uma leitura histórica de autores e obras, registrando descontentamento pelo fato de os troncos colonizadores não trazerem “da árvore-mãe seiva poética bastante, para produzirem frutos com ajuda do clima da terra”⁵⁸.

Havia uma divergência de concepções políticas. Salvo críticas pontuais, Varnhagen justificou muito a política metropolitana indo, assim, contra o “espírito” do seu tempo. Minimizou, ou mesmo desqualificou, movimentos como a Inconfidência Mineira (1789), caros à sensibilidade dos românticos. Na *História Geral*, mostrou-se lisonjeado em corresponder aos bons ofícios prestados pela Metrópole a ele mesmo e a todos os brasileiros, pois seu patriotismo era *nobre e elevado* e não “cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro”⁵⁹. Contudo, mesmo com (e apesar das) diferenças, o trabalho desses autores tomado no conjunto exprimia a ambição construtiva dessas gerações que definiram o que eram a nacionalidade e a literatura brasileira, procurando não apenas estabelecer o cânon desta, como também interpretá-la⁶⁰.

Considerações finais

Tanto Varnhagen quanto Cunha Barbosa, Magalhães e tantos outros ao longo do Império, à sua maneira e em seus respectivos momentos de produção, escreveram visando a contribuir com a construção de uma narrativa da/sobre/para a nação brasileira. Guardadas as devidas diferenças, até mesmo do gênero trabalhado por eles, e ligados ao que seria o establishment letrado do período, o IHGB, cada um desenvolveu suas ideias a partir de seu lugar de fala e posições políticas, conflitantes ou não totalmente. Cunha Barbosa na imprensa do prelúdio da Independência e, no caso do “Parnaso”, na veia literária, Magalhães na poética, atividade que lhe valeu o título de Visconde do Araguaia concedido pelo Imperador, e Varnhagen, sobretudo no campo que igualmente lhe enobreceu com o título de Visconde de Porto Seguro, a história, e também com algumas incursões pelo mundo da literatura, como ofereci largas pinceladas neste artigo citando o *Florilégio*.

De modo amplo, pode-se compreender a construção da ideia de nação brasileiro Oitocentos como um projeto de Estado que envolveu a elite letrada e agentes estatais (muitas vezes um era também outro) e mobilizou recursos políticos, econômicos, culturais e simbólicos, tendo o Instituto como ordenador dos vestígios do passado, de modo a dar coerência lógica.

Notas

¹Sobre a redação do artigo. Os títulos de trabalhos de Varnhagen e alguns termos presentes nos mesmos apareceram em itálico ao longo do artigo. Os demais títulos de outros autores, como Barbosa e Magalhães, foram destacados entre aspas. A grafia dos documentos foi atualizada.

²GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. p. 178.

³VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2011. p. 194.

⁴VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 254.

⁵ARAÚJO, Valdeci Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013. p. 41.

⁶WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-132.

⁷VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 108.

⁸VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 4, p. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, 101-104, jan./dez. 1840. p. 43-44.

⁹ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011. p. 25.

- ¹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 427.
- ¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. 392.
- ¹² JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville, a Providência e a História*. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/455/3/Jasmin%20Marcelo%20Tocqueville%20a%20provid%20ancia%20e%20a%20hist%20ria.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018. p. 4. É preciso ressaltar que os autores tratavam de assuntos diferentes. A perspectiva providencialista de Tocqueville estava na base de sua “profecia” acerca da continuidade futura do desenvolvimento igualitário. Segundo o disposto no primeiro volume de “A democracia na América” (1835), o desenvolvimento gradual da igualdade era uma realidade providencial, pois apresentava as características fundamentais de ser universal, durável e escapar cada dia ao poder humano, ou seja, haveria uma inevitabilidade histórica da Democracia. Importa recordar que tal obra se constituiu em um estudo sobre os Estados Unidos. A hipótese de Jasmin é a de que o recurso à Providência foi um instrumento importante na resolução de problemas que Tocqueville enfrentou para explicar a emergência da igualdade democrática como fenômeno universal e determinar as linhas possíveis de ação para os homens que, como ele, desejavam uma solução liberal para os desafios impostos pela modernidade.
- ¹³ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: Leis e Costumes*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 408.
- ¹⁴ JASMIN, Marcelo Gantus. Op. cit. p. 25-26.
- ¹⁵ WEHLING, Arno. Op. cit. p. 122-123 Saliente-se que a concepção evolucionista de Varnhagen não era o que mais tarde se definiu. Admitia as gradações: selvageria (dos índios), barbárie (dos negros escravizados) e civilização (estágio a ser definitivamente alcançado).
- ¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. X.
- ¹⁷ CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 191-192.
- ¹⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 7.
- ¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XIX.
- ²⁰ Idem. p. 297-313.
- ²¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 59.
- ²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2011. p. 193.
- ²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XIX-XXIV. Grifo do autor.
- ²⁴ LOCKE, John. Da propriedade. In: LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-107.
- ²⁵ TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. cit. p. 33. Grifo do autor.
- ²⁶ VATTEL, Emmerich de. *O direito das gentes*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 219-327.
- ²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 167.
- ²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2011. p. 194-195.
- ²⁹ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 26-44.
- ³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 94.
- ³¹ Idem. p. XXV.
- ³² RENAN, Ernest. Que é uma nação? *Plural*, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. Sem. 1997. p. 169.
- ³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Brasil. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. I, dez. 1837. p. 279.

- ³⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017.s/p.
- ³⁵ CAIRO, Luiz Roberto. Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira. *Vidya*, Santa Maria, p. 85-90, jul./dez. 2000. p. 86.
- ³⁶ CANDIDO, Wesley Roberto. Americanidade: a busca de um conceito. In: CANDIDO, Wesley Roberto. *José de Alencar: "sou americano para o que der e vier"*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010. p. 14-56.
- ³⁷ Idem. p 57-59.
- ³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 51-52.
- ³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. III-IV.
- ⁴⁰ CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867*. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 18-571. Em 16 de abril de 1864, as Ilhas de Chinha (produtoras de guano) foram tomadas sem ultimato.
- ⁴¹ LIMA, Manuel de Oliveira. Op. cit. s/p
- ⁴² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 126.
- ⁴³ CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. antropol.*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018. p. 81-82.
- ⁴⁴ ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 103-186.
- ⁴⁵ CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002. p. 20.
- ⁴⁶ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 410.
- ⁴⁷ ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018. p. 1.
- ⁴⁸ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 54-78.
- ⁴⁹ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 76.
- ⁵⁰ WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. p. 41.
- ⁵¹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso Brasileiro*. TOMO I. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999. p. 33.
- ⁵² ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 51.
- ⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. IV.
- ⁵⁴ Idem. p. VII.
- ⁵⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. Op. cit. p. 57-58.
- ⁵⁶ MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista brasiliense, ciências, letras e artes*, Paris, TOMO I, 1836. p. 137-144.
- ⁵⁷ Idem. p. 146.
- ⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. X.
- ⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XI.
- ⁶⁰ CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002. p. 37-38.

Referências

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e discontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009.

ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013.

ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso Brasileiro*. TOMO I. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

CAIRO, Luiz Roberto. Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira. *Vidya*, Santa Maria, p. 85-90, jul./dez. 2000.

CANDIDO, Wesley Roberto. Americanidade: a busca de um conceito. In: CANDIDO, Wesley Roberto. *José de Alencar: “sou americano para o que der e vier”*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867*. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. antropol.*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville, a Providência e a História*. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcbr/455/3/Jasmin%2c%20Marcelo%20>

%20Tocqueville%2c%20a%20provid%3%aancia%20e%20a%20hist%3%b3ria.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Elogio a Varnhagen*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017.

LOCKE, John. Da propriedade. In: LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista brasiliense, ciências, letras e artes*, Paris, TOMO I, 1836.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? *Plural*, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. Sem. 1997.

ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: Leis e Costumes*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Brasil. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. I, dez. 1837.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 4, p. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, 101-104, jan./dez. 1840.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Das naturais tendências da futura literatura brasiliense. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. 5, jun. 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO II. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VATTEL, Emmerich de. *O direito das gentes*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.